



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 25 DE FEVEREIRO DE 2022

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

**RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº
00002/2022**

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO, VESTIÁRIO E ARQUIBANCADA NO MUNICÍPIO: CONGO-PB – QUADRA – RIACHO DO ALGODÃO. **LICITANTES HABILITADOS:** AN PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; HARPIA EMPREENDIMENTOS EIRELI; JOSE GEOVASIO FERNANDES DA SILVA. **LICITANTES INABILITADOS:** C J CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA- Itens: Item 6.1.3 e subitens (Qualificação Econômico-Financeira); Item: 6.1.4.7 (Capacidade Técnico-Operacional); FERREIRA ALVES SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI – item: 4.1.4.7 (Capacidade Técnico-Operacional parcial, no tocante ao item alambrado: 1.7 da Planilha Orçamentária), bem como, o item 6.1.4.8: (Capacidade Técnico-Operacional parcial), no tocante ao item alambrado: 1.7 da Planilha Orçamentária). Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia **11/03/2022, às 08:30 horas**, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Senador Rui Carneiro, S/N - Centro - Congo - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 3359-1100. E-mail: licitacaocongo@gmail.com.

Congo - PB, 25 de Fevereiro de 2022

JUÇARA QUNTANS DA SILVA - Presidente da Comissão



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 25 DE FEVEREIRO DE 2022

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00009/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00009/2022, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS ATRAVÉS DE EMISSORA DE RÁDIO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE APOIO SOCIAL DO CONGO - R\$ 8.400,00.

Congo - PB, 25 de Fevereiro de 2022

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA - Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00009/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS ATRAVÉS DE EMISSORA DE RÁDIO. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 25/02/2022.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 25 DE FEVEREIRO DE 2022

LEI Nº 254/2022.

Dispõe sobre o reajuste do valor da remuneração dos profissionais do Magistério Público Municipal e altera as Leis Nº 135/2015 e 211/2020 do Município de Congo e da outras providências.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO CONGO/PB, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Atualiza os valores dos vencimentos básicos dos servidores estáveis do magistério público municipal, de acordo com a **Lei Municipal Nº 135/2015, de 15 de junho de 2015**, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Congo-PB, ficam reajustados/atualizados em **35% (trinta e cinco por cento)**, e passam a vigorar de acordo com os valores constantes nos anexos desta Lei, em observância ao disposto na Lei nº 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e cumprindo a Portaria Interministerial nº11 de 24 de dezembro de 2021.

Parágrafo Único: A tabela de vencimentos dos profissionais do Magistério da Lei Municipal nº 135/2015, passa a vigorar conforme o anexo I desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a **01 de janeiro** do ano em curso.

Gabinete do Prefeito, em 25 de fevereiro de 2022.

Romualdo Antônio Quirino de Sousa
Prefeito Constitucional

ANEXO I – Ano 2022

Tabela de vencimentos dos Profissionais do Magistério Lei Municipal Nº 135/2015, de 15 de Junho de 2015.

CARGO	HABILITAÇÃO	CLASSE	NÍVEIS					
			I	II	III	IV	V	VI
Professor MAG A	Magistério	A1	R\$ 2.543,41	R\$ 2.670,58	R\$ 2.804,11	R\$ 2.944,32	R\$ 3.091,54	R\$ 3.246,11
	Licenciatura Plena	A2	R\$ 2.797,75	R\$ 2.937,64	R\$ 3.084,52	R\$ 3.238,75	R\$ 3.400,69	R\$ 3.570,72
	Especialização	A3	R\$ 3.105,51	R\$ 3.260,78	R\$ 3.423,82	R\$ 3.595,01	R\$ 3.774,76	R\$ 3.963,50
	Mestrado	A4	R\$ 3.478,17	R\$ 3.652,08	R\$ 3.834,68	R\$ 4.026,42	R\$ 4.227,74	R\$ 4.439,12
	Doutorado	A5	R\$ 3.930,33	R\$ 4.126,85	R\$ 4.333,19	R\$ 4.549,85	R\$ 4.777,34	R\$ 5.016,21
Professor MAG B	Licenciatura Plena	B1	R\$ 2.797,75	R\$ 2.937,64	R\$ 3.084,52	R\$ 3.238,75	R\$ 3.400,69	R\$ 3.570,72
	Especialização	B2	R\$ 3.105,51	R\$ 3.260,78	R\$ 3.423,82	R\$ 3.595,01	R\$ 3.774,76	R\$ 3.963,50
	Mestrado	B3	R\$ 3.478,17	R\$ 3.652,08	R\$ 3.834,68	R\$ 4.026,42	R\$ 4.227,74	R\$ 4.439,12
Professor MAG C	Doutorado	B4	R\$ 3.930,33	R\$ 4.126,85	R\$ 4.333,19	R\$ 4.549,85	R\$ 4.777,34	R\$ 5.016,21
	Licenciatura Plena	C1	R\$ 2.797,75	R\$ 2.937,64	R\$ 3.084,52	R\$ 3.238,75	R\$ 3.400,69	R\$ 3.570,72
	Especialização	C2	R\$ 3.105,51	R\$ 3.260,78	R\$ 3.423,82	R\$ 3.595,01	R\$ 3.774,76	R\$ 3.963,50
	Mestrado	C3	R\$ 3.478,17	R\$ 3.652,08	R\$ 3.834,68	R\$ 4.026,42	R\$ 4.227,74	R\$ 4.439,12
Professor MAG D	Doutorado	C4	R\$ 3.930,33	R\$ 4.126,85	R\$ 4.333,19	R\$ 4.549,85	R\$ 4.777,34	R\$ 5.016,21

LEI Nº 255/2022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - CAEE.

O Prefeito do Município de Congo, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município, encaminha o seguinte Projeto de Lei para apreciação e deliberação da Câmara de Vereadores do Município:

Art. 1º - Fica criado no Município de Congo o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), para atendimento multidisciplinar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais deste município.

Art. 2º - O Centro de Atendimento Educacional Especializado será denominado CAEE "*Lucas e Matheus de Queirós Farias*".

Art. 3º - O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) é uma unidade de atendimento especializado, para atendimento de alunos com necessidades Educacionais Especiais – NEE e com dificuldades acentuadas na aprendizagem, complementando e/ou suplementando a formação dos alunos no ensino regular; promovendo a participação e autonomia dos sujeitos em sociedade; tendo como objetivo ampliar a oferta do atendimento, proporcionado o atendimento multidisciplinar.

Art. 4º - O Atendimento Educacional Especializado (AEE), será ofertado pelo CAEE, aos estudantes público alvo da Educação Especial, que abrange toda a Educação Básica do Município, compreendendo três etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

§ 1º - O Atendimento Educacional Especializado é composto por um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade para atender aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais matriculados no ensino regular.

§ 2º - O objetivo do Atendimento Educacional Especializado é propiciar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, desenvolvendo estratégias e situações que desenvolvam a capacidade de aprender, tendo como processo intencional a socialização, a leitura, a escrita e o cálculo. Vivenciando os valores morais, auxiliando os indivíduos na vida diária e na formação de uma sociedade mais justa e humana, garantindo o acesso, a inclusão e a permanência na escola comum.

Art. 5º - Para fins do disposto desta lei serão considerados como público alvo do Centro de Atendimento Educacional Especializado os educandos e educandas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e Superdotação e transtornos de aprendizagem.

Art. 6º - Os educandos e educandas público-alvo da Educação Especial serão matriculados nas classes ou em grupo comuns e terão assegurada a oferta do Atendimento Educacional Especializado, oferecido no contraturno escolar, individualmente ou em grupo.

Art. 7º - O Atendimento educacional especializado será ofertado observando as seguintes divisões:

b) Programa de Atendimento Educacional Especializado I – é destinado a alunos deficientes com idade compatível ao nível da Educação Infantil, que estão incluídos nas instituições que atendem esta demanda, compreendendo o desenvolvimento de atividades educacionais específicas. O profissional do AEE é o responsável pela elaboração e execução do Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.

c) Programa de Atendimento Educacional Especializado II - é destinado a alunos deficientes incluídos nas classes comuns do Ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio, compreendendo o desenvolvimento de atividades educacionais, específicas, com atendimento individualizado ou em grupos com o máximo de 10 alunos. O profissional do AEE é o responsável pela elaboração e execução do Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 25 DE FEVEREIRO DE 2022

a) Programa de Atendimento Educacional Especializado III – é destinado a alunos com transtornos de aprendizagem incluídos nas classes comuns do Ensino Fundamental I. O Psicopedagogo é o responsável pela elaboração do Plano de Atendimento Individualizado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos.

Art. 8º - O Quadro de Pessoal do Centro de Atendimento Educacional Especializado e equipe multidisciplinar deverão ser compostos por coordenador, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta/psicomotricista, psicopedagogo, assistente social, psicóloga, professores de atendimento educacional especializado de educação especial, auxiliar administrativo e faxineira. Conforme a necessidade da demanda. A proposta de trabalho da equipe multidisciplinar deverá ser articulada com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Saúde e com as escolas de educação Básica das escolas públicas do município.

Art. 9º - A estrutura do ambiente do Centro de Atendimento Multidisciplinar deverá assegurar a acessibilidade por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas. Segundo a Lei Federal n.º 10.098/00, a acessibilidade é definida como possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 10 - Os alunos serão organizados individualmente ou em grupos de até 10 alunos, respeitando a faixa etária e/ou conforme as necessidades identificadas, a partir de encaminhamentos dos professores das classes comuns e acompanhados por parecer de funcionalidade, emitido por equipe multidisciplinar de áreas específicas.

Art. 11 - O atendimento no CAEE dependerá de Consulta prévia e autorização dos pais ou responsáveis legais (matricula), mediante avaliação diagnóstica da equipe multidisciplinar e /ou laudo médico que comprove a necessidade.

Parágrafo Único - O acesso ao atendimento estará condicionado à existência de vaga, de acordo com o número de pessoas atendidas, capacidade física e de profissionais atuantes no Centro.

Art. 12 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB 25 de fevereiro de 2022.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional